

CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CTPNRH 102ª REUNIÃO



Data: 01 e 02 de outubro de 2018

Horário: 01/10/2018, de 10 às 18h; e 02/10/2018, de 9 às 18h (a partir das 14h será reunião conjunta com a CTPOAR).

Local: Sala CT-01, 1º andar, Ed. Marie Prendi Cruz, localizado no SEPN 505, Lote 02, Bloco B, Brasília, DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério do Planejamento e Gestão: Fabiano Chaves da Silva (fabiano.chaves@planejamento.gov.br);
- Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil: ausente;
- Ministério do Meio Ambiente – SRHQ: Adriana Lustosa da Costa (adriana.lustosa@mma.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Sérgio Ayrimoraes (ssoares@ana.gov.br);
- Ministério de Minas e Energia – MME: Carlos Augusto Furtado de Oliveira Novaes (carlos.novaes@mme.gov.br);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Ricardo Luiz Mangabeira (rmangabeira@ssrh.sp.gov.br);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PB/BA: Eduardo Farias Topázio (eduardo.topazio@inema.ba.gov.br);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – ES/MG: Mônica Amorim Gonçalves (monica.goncalves@agerh.es.gov.br);
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Mayná Coutinho de Moraes (CEDAE) (maynacm@cedae.com.br);
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Renato Constâncio (ABRAGE) (renato.constancio@cemig.com.br);
- Indústrias: José Quadrelli Neto (CNI) (jneto@cni.com.br);
- Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (AMAT) (azefilho@hotmail.com);
- Irrigantes: Gustavo dos Santos Goretti (CNA) (gustavo.goretti@cna.org.br);
- Consórcios e associações intermunicipais: Irene Sabatino Pereira Miccioli (Comitê Sapucaí Mirim/Grande) (ispmiccioli@gmail.com);
- Organizações Técnicas: Ingrid Muller (ABRH) (ingridillich@gmail.com);
- Organizações de Ensino e Pesquisa: Jussara Cabral Cruz (UFMS) (jussaracruz@gmail.com);
- Organizações Não Governamentais: João Clímaco Soares de Mendonça (FONASC) (fonascbh@yahoo.com.br).

DEMAIS PRESENTES:

- Alcely José Wosniak (Cia de Saneamento do Paraná) (alcelyjw@sanepar.com.br);
- Cristiandrea Ciciliato (FONASC) (corremangue@tahoo.com.br);

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

- Lúcia Maria Praciano Minervino (MME) (lucia.minervino@mme.gov.br);
- Luciana Aparecida Zago de Andrade (ANA) (luciana.andrade@ana.gov.br);
- Maria Aparecida B. Vargas (ABRAGEL) (vargasm@terra.com.br);
- Maria do Socorro Lima Castello Branco (CNI) (maria.branco@cni.com.br);
- Volney Zanardi Junior (ANA) (volney.zanardi@ana.gov.br).

RELATORIA:

- Maurício dos Santos Pompeu (mauricio.pompeu@mma.gov.br).

PAUTA:

01/10/2018 e 02/10/2018 (período da manhã)

Item 1 – Aprovação da Ata da 101ª Reunião da CTPNRH.

Item 3 – Informes:

- Moção CNRH nº 69/2018;
- PRH Paraguai: divulgação do resumo executivo e informe sobre a solicitação de alteração da composição do GAP Paraguai;
- Parecer da CTIL sobre a devolução da proposta de Resolução conjunta CTPNRH e CTPOAR sobre prioridades para outorga de direitos de uso dos recursos hídricos;
- Publicação da Portaria Conjunta nº 336, de 20 de agosto de 2018;
- Desdobramentos da oficina de trabalho sobre o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Amazonas.

Item 2 – Eleição.

Item 4 – Conclusão do parecer técnico de avaliação do conteúdo mínimo do relatório “Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2017” e recomendações para o Conjuntura 2021.

Item 6 – Metas do PNRH e Propostas do Projeto Legado sob a responsabilidade da CTPNRH.

Item 5 – Implantação do sistema de gerenciamento do PNRH e avaliação da execução das prioridades e metas para 2016-2020.

02/10/2018 (período da tarde)

Reunião conjunta CTPNRH/CTPOAR:

Item 7 – Proposta de Resolução sobre prioridades para outorga de direito de uso dos recursos hídricos, retomada da discussão após a avaliação da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL/CNRH).

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS DA 102ª REUNIÃO:

A reunião iniciou-se com uma breve fala de boas-vindas da Presidente da CTPNRH, Jussara Cabral Cruz, e apresentação de todos. Em seguida, acordou-se a inversão de pauta nos seguintes termos: Eleição (Item 2) realizada após os informes (Item 3), e o Item 6 discutido antes do Item 5, conforme explicitado acima.

ITEM 1: A ata da 101ª reunião da CTPNRH foi aprovada.

ITEM 3: Informes:

- Moção CNRH nº 69/2018, a respeito da adoção de medidas que visem garantir a alocação dos recursos financeiros e orçamentários ao CT-Hidro:

Adriana Lustosa da Costa (SRHQ/MMA) contextualizou a Moção CNRH nº 69/2018, dizendo que foi motivada pelas dificuldades orçamentárias apresentadas pelo CT-Hidro, o que

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

dificulta o cumprimento de diversas metas do PNRH aprovadas por meio da Resolução nº 181/2016, onde o fundo setorial é apontado como fonte de financiamento de pesquisas. Jussara Cabral Cruz (presidente da CTPNRH) completou dizendo que os recursos do CT-Hidro estavam sendo contingenciados, portanto a moção visa a garantia de alocação de recursos orçamentários para o financiamento de suas atividades.

- PRH Paraguai: divulgação do resumo executivo e informe sobre a solicitação de alteração da composição do GAP Paraguai:

Jussara Cabral Cruz (presidente da CTPNRH) informou que o FONASC, após a 100ª CTPNRH, encaminhou uma proposta de alteração da composição do Grupo de Acompanhamento da Elaboração do PRH Paraguai – GAP. Posteriormente, na 101ª CTPNRH, havia sido acordado que a Câmara Técnica aguardaria o posicionamento do próprio GAP. Nesse momento, Maurício Pompeu (relator da CTPNRH), informou que um ofício havia sido encaminhado ao coordenador do GAP para pautar o grupo. Luciana Aparecida Zago de Andrade (ANA) disse que a próxima reunião do GAP ocorrerá em novembro de 2018, quando o tema deverá ser debatido.

Luciana (ANA) informou que todos os documentos relativos ao PRH Paraguai estão disponíveis no sítio eletrônico da ANA, inclusive os relatórios intermediários. Sérgio Ayrimoraes (ANA) disse que o plano já está resultando em atos regulatórios, como a edição da Resolução ANA nº 64, de 04 de setembro de 2018, que versa: “Ficam sobrestados os processos referentes aos requerimentos de Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica e de Outorgas de direito de uso de recursos hídricos para novos aproveitamentos hidrelétricos em rios de domínio da União na Região Hidrográfica do Paraguai, até 31 de maio de 2020”.

- Parecer da CTIL sobre a devolução da proposta de Resolução conjunta CTPNRH e CTPOAR sobre prioridades para outorga de direitos de uso dos recursos hídricos:

Adriana Lustosa da Costa (SRHQ/MMA), como presidente da CTIL e representante da SRHQ/MMA na CTPNRH, explicou o Parecer Técnico nº 01/2018/CTIL/CNRH/MMA, que analisa os aspectos legais e institucionais da proposta de Resolução que “Define diretrizes e critérios para o estabelecimento de prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos conforme inciso VIII do Art.7º da Lei Nº 9.43/97”.

Em seguida, Jussara Cabral Cruz (presidente da CTPNRH) apresentou o histórico das discussões para a elaboração da minuta de Resolução apreciada pela CTIL. Recordou, então, que o tema seria objeto da reunião conjunta entre CTPNRH e CTPOAR, realizada na tarde daquele dia, 02 de outubro de 2018. Decidiu-se, naquele momento, que o foco das discussões na reunião conjunta seria como dar seguimento à proposta de resolução, considerando ser tema de interesse das duas Câmaras, à luz do parecer da CTIL.

- Publicação da Portaria Conjunta nº 336, de 20 de agosto de 2018:

Adriana Lustosa (SRHQ/MMA) explicou que a Portaria Conjunta nº 336/2018 instituiu um grupo de trabalho para coordenar a construção e a implementação do marco lógico e da estratégia para elaboração do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos, a vigorar a partir de 2021 (GT-PNRH). Foi dito que a portaria é a formalização da parceria entre MMA e ANA para coordenar a elaboração do novo PNRH, e que o GT institucionaliza o papel dessas instituições junto ao CNRH. Ele organizará as propostas apresentadas por consultorias para melhor embasar as discussões e decisões da CTPNRH, pois esta continuará no centro do processo de

construção do Plano. Ademais, foi dito que o fluxo desse processo, incluindo os prazos de cada etapa, somente poderá ser apreciado pela Câmara com uma proposta de marco lógico e estratégia de elaboração do novo Plano, em preparação.

Ao final das discussões, acordou-se que o GT-PNRH fará informes de sua atuação junto à CTPNRH.

- Desdobramentos da oficina de trabalho sobre o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Amazonas:

Sérgio Ayrimoraes (ANA) introduziu o assunto lembrando que o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Amazonas, aprovado pela Resolução CNRH nº 128/2011, previa o funcionamento de um colegiado gestor. Entretanto ele não está implementado e, por isso, ocorreu uma oficina de trabalho para reconstituí-lo.

Na sequência, Volney Zanardi Junior (ANA) apresentou um panorama da gestão de recursos hídricos na região norte do País, apresentando as dificuldades de implementar os comitês de bacia em regiões extremamente grandes. Por isso, está sendo construída a ideia de “comitês incrementais”, onde o recorte geográfico não necessariamente são exatamente as bacias, mas parcelas destas. Para dar seguimento a esta proposta, há necessidade de revisitar as resoluções CNRH nº 05/2000, que “estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica”, e CNRH nº 109/2010, que “cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União - UGRHs e estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos comitês de bacia”. Uma questão aventada é a possibilidade de colegiados consultivos, assim como ocorre no PRH Paraguai, elaborado à luz da Resolução CNRH nº 145/2012, que prevê a institucionalização de uma “instância de acompanhamento” enquanto a região não conte com seu respectivo comitê de bacia.

ITEM 2: Eleição

Jussara Cabral Cruz (presidente da CTPNRH) informou que cumpriu o período máximo permitido ao mandato de presidente da Câmara Técnica, e contou como se deu os trabalhos ao longo dos últimos três anos. Agradeceu, especialmente, à Martha Sugai, que exerceu a presidência da Câmara nos anos anteriores, e de quem recebeu grandes ensinamentos. Disse que a ABRH tem a tradição de presidir a CTPNRH e que, por isso, indicou a Ingrid Muller (ABRH) para sua substituição.

Antes de passar a palavra à Ingrid Muller (ABRH), única candidata a se apresentar ao posto, os membros da CTPNRH manifestaram gratidão aos trabalhos desenvolvidos pela Jussara e já indicaram seu apoio à candidatura da Ingrid. Nesse momento, Ingrid Muller (ABRH) apresentou sua experiência profissional, informando que já participara da CTPNRH em outros momentos, e terá condições de contribuir com a Câmara daqui para frente.

Iniciou-se, então, a exposição dos votos à sua candidatura, resultando no seguinte:

- 12 votos favoráveis;
- 01 voto de abstenção.

Ficou eleita, portanto, para o mandato de 2018/2019, Ingrid Muller, representante da ABRH.

ITEM 4: Conclusão do parecer técnico de avaliação do conteúdo mínimo do relatório “Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2017” e recomendações para o Conjuntura 2021:

Sob condução da nova presidente da CTPNRH, recordou-se que, segundo a Resolução CNRH nº 180/2016, que “estabelece o conteúdo mínimo para o Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil”, o CNRH, a partir de parecer da CTPNRH, poderá sugerir a inclusão de aspectos a serem considerados sobre a situação dos recursos hídricos, e que cabe ao CNRH, a partir de parecer da CTPNRH, se manifestar, em relação ao Relatório de Conjuntura em até 180 dias após sua publicação.

Foi dito que, em função das grandes alterações de forma e conteúdo promovidas pela ANA, a Câmara Técnica se pronunciará além do prazo de 180, mas isso não acarretará prejuízos, uma vez que as observações emanadas do Conselho serão consideradas somente no Conjuntura a ser publicado em 2021.

Acordou-se que os membros da CTPNRH terão o prazo até 16 de outubro de 2018 para encaminhar novas considerações ao Conjuntura 2017 e, caso pertinente, sugestões à minuta de parecer técnico elaborado previamente à reunião. A Câmara terá até dia 31 de outubro para finalizar o parecer, que será remetido à Secretaria-Executiva do CNRH, que o apreciará. Para os encaminhamentos posteriores, ficou acordado que a Secretaria-Executiva do CNRH verificará a melhor forma de como proceder a manifestação do CNRH junto à ANA, destinatária do parecer. Aventou-se o encaminhamento de uma “comunicação”, um dos meios de manifestação do CNRH quando se trata de ato de expediente de sua competência.

ITEM 6: Metas do PNRH e Propostas do Projeto Legado sob a responsabilidade da CTPNRH:

Jussara Cabral Cruz (UFSM) mencionou que a CTPNRH tem a missão de implementar algumas metas do PNRH (Resolução CNRH nº 181/2016), e que o “Projeto Legado”, da ANA, apresenta proposições que perpassam as atribuições da Câmara. Portanto, a Câmara deverá planejar suas atividades orientada por estes documentos.

Uma das metas do PNRH diz respeito a “definir diretrizes para a abordagem do tema das mudanças climáticas nos planos de recursos hídricos”. Discutiu-se bastante sobre a inclusão do tema no PNRH pela sua dificuldade de abordagem, em termos metodológicos, financeiros (alto custo) e horizonte temporal (as mudanças climáticas ocorrem em horizonte temporal superior ao dos planos). Por isso, sugeriu-se uma reunião específica, em 2019, à luz do trabalho contratado pela ANA sobre mudanças climáticas no São Francisco, Nordeste Setentrional. A partir dessa reunião, a Câmara poderá elaborar um parecer técnico manifestando as fragilidades, dificuldades e possibilidades do tema no âmbito do PNRH. Antes disso, a Câmara deverá justificar um provável adiamento de prazo da meta, cujo cumprimento é previsto para dezembro de 2018.

Ao final, acordou-se uma pauta preliminar para uma próxima CTPNRH, qual seja:

- Item 1: Apresentação do estudo da ANA, sobre os planos de recursos hídricos;
- Item 2: Com base neste estudo, iniciará a discussão de uma proposta de resolução que definirá a relação entre os diferentes “níveis” de planos de recursos hídricos e seus conteúdos;
- Item 3: Discussão das propostas do “Projeto Legado”, da ANA;
- Item 4: Proposta de resolução sobre as prioridades de outorga; e
- Item 5: Proposta de alteração do GAP-Paraguai, caso o msemo se manifeste previamente à reunião.

ITEM 5: Implantação do sistema de gerenciamento do PNRH e avaliação da execução das prioridades e metas para 2016-2020:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Adriana Lustosa (SRHQ/MMA) apresentou os trabalhos em torno do sistema de gerenciamento do PNRH e avaliação da execução e suas prioridades e metas. Mencionou o relevante papel da CTPNRH (ver apresentação) e apresentou o formulário *on line* que recolherá as informações a serem utilizadas nas avaliações.

Sugeriu-se que os responsáveis pelo preenchimento dos formulários sejam instados a se manifestarem somente sobre as metas sob sua governança. Outras sugestões de alteração do formulário foram apresentadas e deverão ser consideradas pela SRHQ/MMA, como a inclusão do *link* para o PPA do governo federal 2016-2019 em local específico: <http://ppacidadeao.planejamento.gov.br/sitioPPA/>.

ITEM 7: Proposta de Resolução sobre prioridades para outorga de direito de uso dos recursos hídricos, retomada da discussão após a avaliação da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL/CNRH):

REUNIÃO CONJUNTA CTPNRH/CTPOAR:

Data: 02 de outubro de 2018

Horário: 14 às 18h

Local: Sala CT-01, 1º andar, Ed. Marie Prendi Cruz, localizado no SEP 505, Lote 02, Bloco B, Brasília, DF.

REPRESENTANTES:

Lista de participantes anexa.

RELATORIA:

- Roseli dos Santos Souza (roseli.souza@mma.gov.br); e
- Maurício dos Santos Pompeu (mauricio.pompeu@mma.gov.br).

PAUTA:

Proposta de Resolução sobre prioridades para outorga de direito de uso dos recursos hídricos, retomada da discussão após a avaliação da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL/CNRH).

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO CONJUNTA CTPNRH/CTPOAR:

A reunião foi presidida pela Ingrid Muller (presidente da CTPNRH) e pelo Thiago Figueiredo Santana (presidente da CTPOAR).

Jussara Cabral Cruz (UFSM), como ex-presidente da CTPNRH, apresentou o histórico do processo de elaboração da proposta de resolução sobre prioridades para outorga de direito de uso dos recursos hídricos.

Adriana Lustosa da Costa (SRHQ/MMA), como presidente da CTIL e representante da SRHQ/MMA na CTPNRH, explicou o Parecer Técnico nº 01/2018/CTIL/CNRH/MMA, que analisa os aspectos legais e institucionais da proposta de Resolução que “Define diretrizes e critérios para o estabelecimento de prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos conforme inciso VIII do

Art.7º da Lei Nº 9.43/97”. Disse que a rica apresentação da Jussara (UFSM) não refletia o teor da proposta de resolução apresentada.

Nesse momento, a Jussara (UFSM) informou que a proposta caminhava para uma normativa mais operacional, mas, em um dado momento, entendeu-se que o detalhamento necessário à operacionalização poderia “engessar” as atividades das entidades outorgantes, cujas capacidades institucionais e técnicas são bastante distintas entre si.

A ANA se prontificou a encaminhar, previamente, subsídios para uma complementação da minuta de resolução, de modo a incluir aspectos da aplicabilidade e circunstâncias da norma, pois esta é a preocupação da Agência e daqueles que deverão implementá-la. Apresentará também as questões levantadas na reunião da CTIL. Estes subsídios serão apresentados pela Agência e discutidos na próxima reunião conjunta entre as Câmaras Técnicas. Acordou-se que além da aplicabilidade da norma, tentará se esgotar as questões técnicas que geraram dúvidas, em especial aquelas que rebatem sobre os aspectos jurídicos. A data da próxima reunião ficou agendada para primeira semana de dezembro, cabendo a Secretaria Executiva definir a data, em função do seminário sobre áreas de restrição de uso, que o MMA e a ANA estão programando.

Ata aprovada durante a 103ª reunião da CTPNRH, realizada em 04/12/18.

[DEGRAVAÇÃO EM ANEXO]